



DECISÃO CRO-MG Nº 016/2022

Institui o Programa de Desligamento Voluntário-PDV voltado aos empregados do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais e dá outras providências.

A Diretoria do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na Lei no 4.324, de 14 de abril de 1964, combinado com o Decreto no 68.704, de 3 de junho de 1971, bem como

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, confirmando acordo firmado entre o Conselho Federal de Odontologia e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo no 0039400-07.2006.5.01.0062, tramitado perante a 62ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, acordo esse que estabeleceu o desligamento de todos os empregados não concursados do Sistema CFO/CRO, em vista da nulidade dos contratos de trabalho por violar o artigo 37, II, da Constituição Federal, que exige concurso público para admissão de pessoal permanente;

CONSIDERANDO que o cumprimento dessa decisão do TCU por parte do CRO-MG implicou em decisão judicial transitada em julgado afastando a rescisão do contrato de alguns colaboradores admitidos a partir de 18/05/2001, que continuam laborando neste Conselho;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado acerca da nulidade dos contratos de trabalho firmados sem concurso público a partir de 18/05/2021, bem como o direito ao recebimento do salário e saldo do FGTS;

CONSIDERANDO o disposto no §º 14, do artigo 37, da CF/88, "*a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição*";

CONSIDERANDO a tese fixada no tema 606 da repercussão geral pelo STF: "*A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do art. 37, § 14, da CRFB, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/19, nos termos do que dispõe seu art. 6º*";

CONSIDERANDO que o requerimento de aposentadoria voluntária, após a promulgação e vigência da EC n.103/19, o empregado sujeita-se às regras estabelecidas na referida norma, dentre elas a disposição que estabelece o rompimento do vínculo empregatício, em virtude da concessão da aposentadoria;

CONSIDERANDO que conforme previsto na EC n.º 103/19 a partir de 12/11/2019, restou proibida a cumulação do exercício de emprego público com o recebimento de proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, decorrente de cargo ou emprego público, ainda que proveniente do Regime Geral de Previdência Social;

CONSIDERANDO que o pedido de aposentadoria, por sua vez, é ato voluntário e de iniciativa do empregado e por isso não há como se imputar ao empregador a iniciativa da ruptura contratual, já que o ato que desencadeou todo o procedimento que culminou com a rescisão foi de iniciativa do empregado, qual seja, seu pedido de aposentadoria;



CONSIDERANDO o entendimento jurisprudencial que a rescisão decorrente de aposentadoria após a EC 103/2019 equipara-se, para fins de apuração das parcelas rescisórias devidas, à rescisão a pedido, sendo, portanto, indevidos o aviso prévio e multa de 40% do FGTS;

CONSIDERANDO as medidas tomadas para realização de concurso público e a necessidade de correto dimensionamento das vagas;

DECIDE:

Art. 1º - Instituir Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com a finalidade de oportunizar aos empregados do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, observadas as condições e requisitos da presente Decisão, para fins de extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador, nos termos do art. 484-A da CLT.

Art. 2º - Para os empregados que foram admitidos a partir de 18/05/2001 sem concurso e/ou seleção pública, será oferecida a possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por acordo, mediante o pagamento de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo FGTS, o pagamento de metade do aviso prévio indenizado, além das verbas rescisórias previstas para a modalidade de desligamento negociado previsto no artigo 484-A, da CLT.

§ 1º - O setor de recursos humanos deverá disponibilizar o formulário para os interessados manifestarem o interesse em aderir ao PDV.

§ 2º- Para fins de operacionalização do PDV, deverão estar disponíveis os extratos de FGTS e/ou demonstração de saldo, bem como a ficha de registro de empregado.

Art. 3º - Para os empregados concursados e para os admitidos anteriormente à 18/05/2001 sem concurso público será oferecido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ano (doze meses completos) trabalhado, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do FGTS, metade do valor do aviso prévio indenizado, além das verbas rescisórias previstas para a modalidade de desligamento negociado previsto no artigo 484-A, da CLT.

Parágrafo único. A documentação prevista no §2º do artigo antecedente será providenciada mediante a manifestação de vontade do empregado para os fins de participação do PDV.

Art. 4º - Os empregados deverão encaminhar a manifestação para o setor de Recursos Humanos, via SISDOC com o prazo até o dia 30 de junho de 2022, que poderá ser prorrogado a critério da Diretoria, utilizando-se do formulário padrão anexo.

§ 1º - Poderá o empregado receber o chamamento para adesão do PDV, bem como será facultado ao empregado o acompanhamento por advogado para celebração do termo negociado de rescisão do contrato de trabalho.

§ 2º - Após o encaminhamento do formulário preenchido pelo empregado, será apresentado à Diretoria pelo setor de Recursos Humanos o Termo Padrão de Adesão ao PDV, a ficha de registro do empregado, o extrato e o saldo do FGTS, as verbas envolvidas, a data de desligamento do empregado, além da declaração de ciência dos fundamentos e efeitos da adesão ao PDV.

§ 3º - Após a aprovação da Diretoria, será apresentado ao empregado os termos do acordo de rescisão do contrato de trabalho, com a apuração dos valores e declaração de quitação, bem como agendado dia e hora para assinatura do acordo, com comparecimento de representante



do CROMG (RH) e do empregado, sendo facultado o acompanhamento por advogados.

Art. 4º - Caberá ao setor Financeiro juntamente com o setor de Contabilidade, informado pelo setor de Recursos Humanos sobre os empregados que manifestaram sobre a adesão ao PDV, realizar as análises orçamentárias e apresentar à Diretoria.

Art. 5º - Confirmada a adesão e assinado o termo de acordo e extinção do contrato de trabalho, com a declaração de quitação, o CRO-MG realizará o pagamento dos valores previstos, de uma única vez, na conta bancária do empregado, no prazo de 10 dias contados da assinatura do termo.

Art. 6º - Publicada a presente resolução, será realizada comunicação ao SINDECOFE-MG, para que, querendo, acompanhar a execução do PDV.

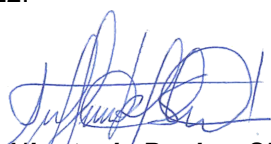
Art. 7º - A concretização da PDV, com a assinatura do termo e pagamento das verbas dependerá de viabilidade orçamentária, sendo organizados os deferimentos, bem como os pagamentos de acordo com a ordem de apresentação dos pedidos de adesão.

Art. 8º - A presente resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2022.



Raphael Castro Mota
Presidente do CRO-MG



Carlos Alberto do Prado e Silva
Secretário do CRO-MG



ANEXO I

FORMULÁRIO DE ADESÃO AO PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

Senhor Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais

Nome:

Cargo:

Matrícula:

Lotação:

Data para o desligamento:

Pelo presente pedido, venho por livre e espontânea vontade, ADERIR ao PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO, instituído pela Decisão CRO-MG nº 016/2022, de 20 de maio de 2022.

Declaro minha intenção de extinção do contrato de trabalho, de forma consensual, por meio de distrato, como previsto no art. 484-A da CLT.

Declaro estar ciente de todas as regras previstas no ato normativo supracitado e que implicará na extinção do contrato de trabalho.

Declaro estar ciente que a extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I- A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.

Declaro estar ciente que a extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

Declaro estar ciente que uma vez ratificada a minha adesão ao Plano e Desligamento Voluntário, com a assinatura do termo de rescisão e quitação do contrato de trabalho, a rescisão passa a ser irrevogável.

Local, data

Assinatura



ANEXO II

Termo de rescisão e quitação para extinção do contrato de trabalho por acordo, nos termos do art. 484-A da CLT

Por este instrumento particular, que entre si fazem o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA MG - CROMG, pessoa jurídica de direito público federal, situada à Rua da Bahia, nº 1477, cidade Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, CNPJ nº 17.231564/0001-38, por seu representante legal, neste ato denominada simplesmente EMPREGADOR e, do outro lado, o Sr(a).

doravante chamado(a) EMPREGADO(A), livres e em comum acordo, firmam este termo, em conformidade com o previsto no art. 484-A da CLT, na Decisão CRO-MG n.º 016/2022, nos seguintes termos:

1. As partes declaram extinto o contrato de trabalho iniciado em ____/____/____ na data ____/____/____, de maneira irrevogável e irretroatável.
2. O CRO-MG efetuará o pagamento das seguintes verbas em favor do empregado:
 - Saldo de salário;
 - Férias vencidas/proporcionais;
 - 1/3 de férias vencidas/proporcionais;
 - 13º Salário (a cada 15 dias trabalhados 1/12).
3. O empregado declara ter ciência de que o aviso prévio indenizado será pago pela metade, assim como a multa do FGTS, que poderá ser sacado na proporção de oitenta por cento do saldo.
4. Declara ainda o empregado ter ciência de que não terá direito ao seguro desemprego.
5. Neste ato o(a) empregado(a) entrega sua CTPS para realização das devidas anotações de baixa.
6. O exame demissional deverá ser realizado no dia ____/____/____, na clínica _____, localizada à _____
7. O pagamento dos valores da rescisão será efetuado até o dia ____/____/____, mediante crédito na conta do empregado, qual seja, _____



8. As partes assinam o TRCT que integra o presente.
9. Após a quitação das verbas descritas no item 2, o empregado outorga plena, total e irrevogável quitação em favor do empregador, nada mais tendo a reclamar a qualquer título.

Por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – EMPREGADOR

– EMPREGADO

Testemunha 01:

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Testemunha 02:

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____